

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

Diretor Industrial
Osvaldo Abílio Braga

Editor Chefe
Jota Alcides

Diretor de Marketing
Márcio Cotrim

Diretor de Planejamento
João Augusto Cabral

Tempo de planejar

Sob o peso dos complicadores que se somaram para tumultuar o atual momento brasileiro, sem dúvida alguma, uma das causas básicas que contribuíram para aprofundar a crise, o governo Itamar Franco ressentiu-se da ausência de um norte verdadeiro, em termos administrativos. Substituindo um período de aventura política, onde os objetivos de um grupo dominante se contrapuseram aos legítimos interesses nacionais, defrontou-se o Poder Executivo com as prateleiras de estudos e projetos inteiramente vazias, sem instrumentos para uma tomada de posição relativamente a um planejamento ordenado com vistas à retomada do desenvolvimento econômico e social.

A Nação, desta forma, mesmo que as tempestades da inflação e da recessão econômica, tivessem deixado de açoitar, estaria desarmada para cuidar do futuro. Os planos integrados que o Brasil já conheceu, muito mais nos papéis e nas encadernações de luxo, do que na realidade prática, em termos de programação e realização, apesar do pouco que a maioria contribuiu para o crescimento nacional, reafirmaram e confirmaram que sem uma ordenação de meios, em busca de fins previamente estabelecidos, nada de concreto será alcançado, sem uma fonte mobilizadora das forças que fazem a construção de um país.

O Plano de Metas que o candidato Juscelino Kubitschek apresentou ao eleitorado brasileiro para conquistar a Presidência da República, reuniu um conjunto de objetivos, entre os quais Brasília — como meta síntese — é um exemplo perfeito e acabado.

Sua construção e os desdobramentos que se seguiram à sua inauguração e consolidação, com a definitiva mudança da capital da República para o Planalto Central e a completa reversão de expectativa no desenvolvimento brasileiro, foi uma demonstração inequívoca segundo a qual, para crescer e prosperar, o País

teve que ater-se a uma planilha de trabalho onde foram articulados o ótimo e o máximo, posto entre si numa relação direta de dependência. A racionalização viabilizou o grande empreendimento do Governo JK.

Não fossem os quatro planos diretores de desenvolvimento econômico e social que a Sudene administrou, até 1968, o Nordeste do Brasil ainda estaria vivendo as instâncias de um estágio desordenado e sem qualquer unidade em seus propósitos desenvolvimentistas. A desativação sofrida interrompeu um fluxo de crescimento, pela completa ausência de um conteúdo orgânico no gerenciamento então adotado pela Sudene. A pulverização de verbas esvaziou o planejamento.

Em pronunciamento feito perante o Fórum do Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica, aberto na última quarta-feira aqui em Brasília, o ministro Alexis Stepanenko, do Planejamento anunciou que a sua secretaria de estado irá elaborar as diretrizes de um plano nacional de desenvolvimento. Formulando um programa de longo prazo no qual os três níveis de governo, municipal, estadual e Federal, estarão solidários, em busca de um objetivo maior, centrado no Brasil, como um todo. O trabalho, inicialmente, juntará num esforço único os ministérios da Fazenda e do Planejamento e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. O núcleo desse trabalho terá como prioridade apontar as vantagens comparativas do Brasil no cenário de competição internacional, naturalmente a partir de progressiva estruturação interna em termos econômicos e sociais.

O esperado, por tudo isso, é que as declarações se traduzem numa prática efetiva, de modo a fazer o reencontro do País com a ação planejada, estágio abandonado há mais de 12 anos. O povo reclama a abertura de uma porta de saída para o futuro. É tempo, pois, de planejar.